

Valter Bianchini

Agrônomo, doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná e atual secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Agricultura familiar, políticas públicas e o comércio ético solidário: a visão do Movimento de Desenvolvimento Agrário*

* O presente artigo é fruto da palestra proferida pelo autor no III Seminário Internacional de Comércio Ético e Solidário: Interfaces e Formas de Cooperação no Território, realizado em São Paulo nos dias 25 e 26 de agosto de 2003.

A abordagem do Ministério de Desenvolvimento Agrário quanto às políticas públicas para o desenvolvimento do comércio ético e solidário se fundamenta no programa do Partido dos Trabalhadores, particularmente no item *Vida Digna no Campo*. Para compreendê-la, é necessária uma breve retrospectiva dos principais parâmetros considerados em sua elaboração.

Ao longo dos últimos anos, houve um processo de concentração de poder das grandes agroindústrias em detrimento dos agricultores. Concomitantemente, observam-se grandes dificuldades para estabelecer uma política de cooperativismo ou de fortalecimento do associativismo, causada, em parte, pela própria descrença das organizações de agricultores no modelo do cooperativismo proposto nos anos 80 e 90. Além disso, passamos por um processo de concentração de poder muito grande do chamado mercado varejista, particularmente no segmento supermercadista. No Brasil, onde 2/3 da população vive em centros urbanos ou em regiões metropolitanas, houve um forte condicionamento de todas as cadeias produtivas a partir de normas e de padrões estabelecidos por esses dois setores. Tais questões já indicavam a necessidade de uma abordagem voltada para um comércio ético e solidário.

Entretanto, observou-se durante os anos 90 uma desestruturação muito grande das políticas públicas que poderiam estabelecer princípios mais justos na comercialização. Especificamente na área rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nasceu como um embrião de política de desenvolvimento rural bastante centrada no crédito, e sua componente assistência técnica voltava-se fortemente para a fase da produção. Não se verificava uma ligação entre as atividades produtivas e comerciais.

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, observou-se uma ruptura entre as funções de apoio à agricultura familiar e as de fomento ao desenvolvimento rural. Parte delas – como o cooperativismo, a assistência técnica e extensão rural – manteve-se na Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e outras – como o financiamento da produção, da capacitação e da infra-estrutura – foram transferidas integral ou parcialmente para o MDA. Como resultado, houve uma dificuldade de se pensar uma política integrada. Hoje, o MDA concentra sua energia em buscar e em integrar nacionalmente um conjunto de instrumentos que possa resultar uma política de desenvolvimento rural coerente. Queremos que as políticas comecem a ser elaboradas na perspectiva multidisciplinar para atender demandas complexas de um ambiente rural multifuncional.

Como trabalhar a questão rural sob a ótica da pluriatividade? Como reconhecer e valorizar toda a riqueza cultural indígena, africana, européia? Como reconhecer a sustentabilidade do meio rural a partir das populações locais? Como reconhecer que a agricultura familiar pode funcionar como mola motora do desenvolvimento e como um fator de inclusão social importante?

Assim, as propostas para o fortalecimento de uma agricultura multissetorial e multifuncional e das populações rurais são convergentes quando se quer reconstruir o modo de comercialização e de distribuição de renda de maneira justa, a partir da ótica de um comércio ético e solidário.

As características agrícolas são muito diferenciadas de acordo com as peculiaridades regionais ou

de grandes biomas em um país como o Brasil. No contexto da agricultura familiar, temos, por exemplo, no Sul, um índice de 20% de todos os produtores do país que responde por 50% ou mais da produção familiar. Esse quadro se inverte no nordeste, que tem mais da metade do universo de agricultores respondendo por 20% da produção familiar e sofrendo problemas de infra-estrutura, de assistência técnica, da convivência com o semi-árido, sendo que uma parcela muito grande desses agricultores familiares é a que menos dispõe de recursos produtivos. Na agricultura familiar, observa-se uma pirâmide em que quase 50% do segmento está abaixo da linha de pobreza ou em uma trajetória mais próxima da pobreza do que da capitalização.

Uma proposta voltada para o desenvolvimento de um mercado ético e solidário tem de considerar essa diversidade, evidenciada também quando se observa que instrumentos de políticas agrícolas como pesquisa, assistência técnica e financiamento são mais acessíveis a estruturas de agricultura familiar mais capitalizadas. Também as formas organizativas de produção, como o associativismo e o cooperativismo, estão associadas mais comumente a estruturas agrícolas mais capitalizadas ou transitando para a capitalização do que às mais pobres.

Assim, devem-se pensar políticas que fortaleçam a organização, a assistência técnica, que dêem acesso a crédito que não fique só na cultura, só nos insumos tradicionais, que observem a unidade de produção. Temos hoje 1,2 bilhões de reais usados para equalizar taxas de juros do chamado crédito da produção, tanto para a agricultura familiar como para a chamada agricultura em escala. Entretanto, não há recursos disponíveis para fortalecer a organização produtiva e comercial. Um dos desafios é estabelecer um novo

equilíbrio entre esses componentes. Devem-se pensar também políticas que fortaleçam a geração de renda por intermédio da formação de preços que se traduza em um comércio mais justo. Esses são desafios que se apresentam.

Outra questão importante quando se fala em princípios do comércio ético e solidário é sua interligação com a agricultura orgânica. Nós reconhecemos a contribuição que ela tem dado ao Brasil, mas temos dificuldades para fazer que avance, estabelecendo uma complementaridade entre os componentes ambiental e econômico, de forma a representar novas oportunidades de inclusão social. Esses são pontos a serem discutidos e analisados. Existem trabalhos importantes, como a Rede Ecovida, no Sul, ou outras propostas de processos de certificação mais horizontalizados e de formas de integração que possibilitem uma abrangência maior, porque nós acreditamos que há uma grande interface entre agricultura orgânica, agroecologia e agricultura familiar.

No que se refere ao comércio ético e solidário, um dos exemplos é o avanço do FACES do Brasil, movimento a que propomos um desafio: articular as diferentes dimensões de uma política de apoio ao comércio ético e solidário. Não é uma tarefa fácil, muitas vezes se avança em alguns componentes e pouco em outros, mas as experiências devem buscar a multidimensionalidade, necessária para obter resultados sustentáveis sob o ponto de vista ambiental, social e econômico.

Além da construção do capital social, da organização e da comercialização, a integração com os consumidores é outro aspecto a considerar. A experiência europeia pode nos ensinar muito. No Brasil, sabemos o quanto isso é difícil, porque uma parte

importante da produção está em regiões rurais muito distantes e, de maneira geral, não se tem observado essa integração. Temos acompanhado experiências na comercialização com os morros do Rio, com os trabalhadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Bernardo e outras, que são complexas e precisam ser multiplicadas. Temos muito a caminhar para o desenvolvimento de nosso mercado interno, buscando identificar como as características do comércio ético e solidário podem vencer o alto grau de massificação presente hoje na produção.

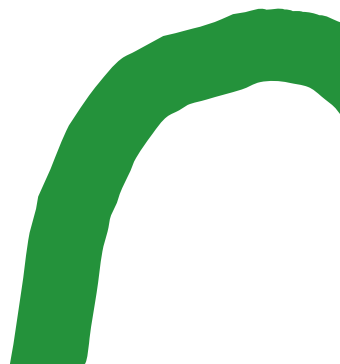
Trabalhar a relação com os consumidores é um desafio muito grande para a prática do comércio interno. Porque o comércio horizontal nas proximidades do perímetro urbano é fácil? Porque aí existe uma relação de proximidade. Quando se vai a uma feira orgânica, sabe-se que os produtores são da região, então há uma identidade, uma valorização. Já quando, por exemplo, um queijo da Serra da Canastra vem para ser consumido em São Paulo, não há relação de proximidade e de identidade e, nesse caso, a força dos territórios não se manifesta.

A questão da territorialidade é um ponto importante a ser discutido e este seminário pode apresentar sua contribuição. Durante a transição de governo, avançamos bastante para pensar a criação de um Ministério do Desenvolvimento Territorial, não do Desenvolvimento Rural. Ele continua agrário, mas, na política do ministro Miguel Rosseto, a criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial representa a valorização dos aspectos da territorialidade. Quando se fala na horizontalidade, na cultura e na cooperação como potencializador da competitividade, o território desempenha um papel importante. Esse é um ponto em que se poderia avançar muito. Nosso objetivo é construir políticas que favoreçam o desen-

volvimento regional, territorial, reconhecendo a contribuição que os aspectos culturais e a territorialidade podem dar à produção.

Assim, no que se refere à questão das políticas públicas que estamos elaborando, queremos ser parceiros das organizações aqui presentes, do FACES, da relação com países do Sul, do Mercosul, da América Latina, da relação com o Norte, com a Europa e com outros países. Nós gostaríamos muito de apostar a política do Ministério nessas relações e de valorizar uma política pública de caráter multidisciplinar. O crédito é importante e nós estamos diversificando bastante as linhas de crédito para agroecologia, pluriatividade, organização da produção, agroindustrialização, mulheres e jovens. Estamos buscando a reconstrução de uma política ligada à pesquisa e à educação, visando a concretizar os ideais presentes nas políticas do comércio ético e solidário. O MDA capitaneou um evento internacional importante com vistas à consolidação de uma aliança que resulte em um novo papel da agricultura familiar nas relações internacionais.

Nós queremos avançar neste processo, à frente da Secretaria e de maneira articulada com todo o MDA e com os outros Ministérios. Estamos buscando trabalhar de maneira bastante integrada com a Segurança Alimentar, avançando com o Fome Zero, que pretende garantir o direito de uma alimentação mais digna a quase nove milhões de famílias, dois milhões este ano. Para isso dependemos de políticas estruturais para inserção socioeconômica dessa população mais pobre, juntamente com um incremento à política da agricultura familiar. Os mecanismos de compras do Fome Zero, por exemplo, que irão dispor de 400 milhões este ano, estão voltados exclusivamente à agricultura familiar e esperamos que uma política como essa não só leve uma alimentação



melhor à população mais pobre, como também caminhe para a construção de um comércio mais ético e mais solidário. Para tanto, é necessário fortalecer as organizações dos produtores. Estamos reativando uma política de preços mínimos voltada para a agricultura familiar a partir de um novo papel da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

É preciso repensar alternativas de comercialização que permitam formas mais justas de apropriação dos lucros ao longo das cadeias de produção. É possível uma nova relação Sul/ Sul e Sul/ Norte e acreditamos que o FACES será um parceiro importante no desenvolvimento de todas essas idéias. E, em relação do MDA, às nossas Secretarias de Governo, pretendemos manter um diálogo permanente com vocês para que pelo menos seja possível avançar ao menos uma parte importante desse sonho.

